

Simonsen pede o fim da 'magia do choque'

Mãe Guy de Iemanjá

"Em 1988 o Brasil viverá uma situação econômica ainda mais negra que a de 1987." A previsão é de Mãe Guy de Iemanjá Ogum-ité, ex-Guy Luxemburgo, ex-atriz de televisão que trabalhou na novela "Direito de Nascer", como Isabel Cristina. Segundo as previsões feitas por Mãe Guy junto ao babalorixá Pai Cido de Oxum, através do jogo de búzios e das cartas de tarô, nem mesmo os santos da seita africana do condomblé estão otimistas com o País. "A fome tomará conta do Brasil".

Na previsão de Mãe Guy, em 1988 continuará faltando dinheiro ao governo. "A moeda sonante continua sendo a mercadoria mais cara do País, e sua falta é um problema sério." Segundo ela, muitas falências serão pedidas, pois "muita gente tem boa situação econômica, mas está mal financeiramente". E explica: "Veremos muita gente querendo vender seus bens, mas ninguém terá dinheiro para comprá-los".

Outra previsão de Mãe Guy é um aviso aos ministros: "Muitos deles vão cair este ano". E com a fome que reinará, assegura, a violência vai tomar conta do País. "É preciso alguém com pulso forte à frente do governo. E com estabilidade de pelo menos sete anos para colocar a casa em ordem." F.P.



NELSON LEMOS

Para enfrentar os problemas da economia brasileira em 1988 é preferível contar com a mediocridade afável do que com a originalidade catástrofica. Essa é, em síntese, a proposta do economista e professor Mário Henrique Simonsen, ex-ministro da Fazenda do governo Geisel (1974-1979), para que a política econômica do País seja conduzida este ano sem recurso a novas fórmulas heterodoxas baseadas no congelamento de preços e salários.

"Basta de mágicas. Que não se tente de novo a magia do choque, que já deu provas suficientes de ser desastrosa para resolver os problemas econômicos do País."

Seu pessimismo exagerado ou previsão de futuro sombrio para este ano, Simonsen simplesmente acredita que conduzir a economia sem inovações deverá ser o melhor caminho para atravessar um período de transição política marcado pela elaboração da nova Constituição. Ele acredita que, se o governo não apelar para qualquer medida econômica que envolva a "originalidade catástrofica", os brasileiros e brasileiras deverão conviver em 1988 com inflação mensal em torno de 12% a 14%.

INFLAÇÃO COM TRANSIÇÃO

Para um ex-ministro da Fazenda em cuja administração a taxa média de inflação ficou entre 2,5% e 2,8% ao mês, parece irreal prever com naturalidade uma inflação mensal entre 12% e 14%. Mas, com bastante senso realista, Simonsen diz que o País já se habituou a trabalhar com altas taxas de inflação, e que não se pode esperar grandes resultados este ano no combate à alta de preços devido ao período de transição institucional.

O risco de uma hiperinflação, com uma taxa anual em torno de 800% ou superior a esse nível, não está inteiramente afastado, se o governo não controlar a política monetária.

A taxa de expansão monetária é atualmente de 400%, lembra Simonsen, que, quando ministro da Fazenda, a restringiu a 37% ao ano. E o déficit público que o governo prometeu reduzir a 0,5% do Produto Interno

Bruto (PIB), quando da decretação do Plano Cruzado, hoje corresponde a 5% do PIB. Assim, se o governo seguir a expansão dos meios de pagamento, poderá chegar ao final de 1988 administrando uma inflação elevadíssima em termos internacionais, mas bastante suportável em termos de Brasil.

Segundo a análise de Simonsen, o principal fator a estimular a alta da inflação é o déficit público — as despesas realizadas pelo governo, em nível superior à arrecadação dos tributos. Para financiar o déficit, o governo se vê obrigado a emitir papel-moeda ou vender títulos públicos no mercado, aumentando a quantidade de recursos em poder dos consumidores.

Com o corte de suas despesas, diminuindo, portanto, a necessidade de emitir dinheiro ou títulos, haveria menor quantidade de dinheiro circulando na economia. E assim funcionaria a lei da oferta e da procura, com os produtores sendo obrigados a baixar os preços de suas mercadorias diante da redução da procura. E as estatísticas do IBGE e da Fundação Getúlio Vargas, que captam a alta dos preços dos produtos, logo registrariam a queda dos preços, com reflexo imediato na baixa da taxa da inflação. Este é, segundo Simonsen, o mecanismo que funciona em todas as economias dos países não submetidos a sistemas de administração centralizada de preços, para manter a inflação sob controle.

Tentar escapar àquela situação significa recorrer a fórmulas já esgotadas no Brasil de congelamento de preços e salários, como tentaram sem sucesso os ex-ministros Dílson Fumaro e Bresser Pereira. "Significa trocar no tempo o perfil da inflação, criando-se três meses de inflação artificialmente baixa, seguidos de um período de explosão inflacionária, como agora se vê. Isso sem contar os vários desajustes setoriais na economia, como os que foram provocados pelo Plano Cruzado, atingindo, por exemplo, a indústria farmacêutica."

Com o Plano Bresser, a nova tentativa de congelamento fracassou também porque, na parte de salários, os aumentos obtidos através dos dissídios superaram a variação da União de Referência de Preços (URP), que o ex-ministro Bresser Pereira tinha imaginado para servir de base para os reajustes de salários e preços

na economia. Segundo Simonsen, o fracasso do Plano Bresser contribuiu para aumentar o já elevado coeficiente de descrença em soluções heterodoxas para a economia brasileira, "que acabou ficando eletrocutada de tanto levar choques".

DÍVIDA EXTERNA

Em relação à política econômica externa, Simonsen critica o fato de o Brasil ter decretado a moratória de pagamento dos juros da dívida externa de curto prazo em um ano em que o superávit da balança comercial ultrapassara US\$ 10 bilhões. "É uma confissão de falência desacreditada pelos fatos."

O saldo da moratória, segundo o ex-ministro, é altamente prejudicial ao Brasil. O governo Sarney preferiu pagar a dívida de juros mais baixos, como a contraída junto ao Banco Mundial, FMI e Clube de Paris, e deixar de pagar a dívida cara, representada pelos empréstimos contraídos com bancos privados estrangeiros. A consequência é que o País está hoje se submetendo a pagar spreads (taxas de risco) superiores aos pagos pela Argentina e México. "É o preço do discurso de não cumprir as recomendações do FMI e o pagamento de US\$ 1 bilhão em spreads por ano."

O reescalonamento plurianual da dívida externa é, para o ex-ministro da Fazenda, o caminho mais adequado para o País evitar a sangria de suas divisas com o pagamento de spreads elevados. E Simonsen acredita que, para um acordo nesse sentido, o Brasil encontraria certamente bancos mais tolerantes do que há três anos (Rio/Agência Estado).

APOIO COM RESSALVA

Quando da implantação do Plano Cruzado, em 28 de fevereiro de 1986, o ex-ministro Simonsen foi um dos economistas que apoiaram a iniciativa, mas com a ressalva de que o êxito do programa estava subordinado a um controle do déficit público. Os pais do Plano Cruzado garantiram que o déficit público seria reduzido a apenas 0,5% do PIB. Mas o governo não fez nenhum esforço para cumprir aquela promessa. "Fez-se a anestesia no paciente, mas esqueceram de fazer a cirurgia."



Simonsen: sem catástrofe